



Esta obra foi publicada com
uma subvenção do Ministério de
Educação, Cultura e Esporte da
Espanha

Título original: *Arquitectura y política. Ensayos para mundos alternativos*

Tradução: Frederico Bonaldo
Preparação de texto: Alexandre Salvaterra e Ana Beatriz Fiori
Revisão de texto: Cristian Clemente
Design: Rafamateo Studio

Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação desta obra só pode ser realizada com a autorização expressa de seus titulares, salvo exceção prevista pela lei. Caso seja necessário reproduzir algum trecho desta obra, seja por meio de fotocópia, digitalização ou transcrição, entrar em contato com a Editora.

A Editora não se pronuncia, expressa ou implicitamente, a respeito da acuidade das informações contidas neste livro e não assume qualquer responsabilidade legal em caso de erros ou omissões.

© tradução: Frederico Bonaldo
© do texto: Josep Maria Montaner, Zaida Muxí, 2011
© Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2014

Impresso na Brasil por RRDonnelly
ISBN: 978-85-65985-41-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Montaner, Josep Maria
Arquitetura e política : ensaios para mundos
alternativos / Josep Maria Montaner e Zaida
Muxí . -- São Paulo : Gustavo Gili, 2014.

Título original: *Arquitectura y política :
ensayos para mundos alternativos.*
ISBN 978-85-65985-41-3

1. Arquitetura e sociedade 2. Urbanismo -
Aspectos sociais I. Muxí, Zaida. II. Título.

14-01356

CDD-720.103

Índices para catálogo sistemático:
1. Arquitetura e sociedade 720.103

AS TRADIÇÕES ALTERNATIVAS DE VIDA COMUNITÁRIA

Nesta seção, faz-se uma recapitulação acerca da moradia comunitária com dois objetivos: um derivado da preocupação atual perante a crescente dificuldade de acesso à moradia para muitos integrantes da sociedade; e outro para reivindicar a necessidade de se entender em que medida a moradia tem perpetuado a divisão dos papéis atribuídos aos gêneros e às hierarquias na sociedade atual; por último, em uma época marcada pela ênfase no individualismo e na privatização de tudo, incluídos todos os instrumentos domésticos, com o fomento do consumo pessoal, é importante lembrar que ao longo da história propuseram-se possibilidades de compartilhar serviços e espaços da moradia. É por esta razão que se reivindicam as tradições de moradia comunitária como uma opção a mais no leque de possibilidades que as soluções de moradia deveriam oferecer, entendendo que, em muitos casos, essa opção implicaria modificar leis e regulamentos, bem como revisar os sistemas de acesso e de propriedade do solo.

Em meados do século XIX, quando a Revolução Industrial tinha causado impacto sobre as cidades, ficou patente a necessidade de buscar soluções que incluíssem a nova classe operária. Essa necessidade afetou em diversos âmbitos, tanto o pensamento progressista¹ – que, mais tarde, levaria a revoluções e mudanças sociais e se refletiu na própria criação da moradia operária – como os setores mais conservadores, religiosos e moralistas que, sob a justificção higienista, tentaram controlar os novos habitantes urba-

¹ Veja: Engels, Friedrich. *El problema de la vivienda y las grandes ciudades*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1977 (edição em português: *A questão da habitação: reeducação de hábitos e programação de metas*. São Paulo, Insular, 1988); Tristán, Flora. *Mi vida* (1833); *La unión obrera* (1843); e *Paseos por Londres. La aristocracia y los proletarios ingleses* (1840).

nos, impondo-lhes costumes éticos e morais de vida individual e familiar acordes com modelos aristocráticos e burgueses. A solução para a moradia operária majoritária e estudada pela historiografia consistiu em uma redução ao mínimo imprescindível da moradia burguesa, com suas hierarquias e suas divisões espaciais, que obedeciam e reforçavam os papéis tradicionais dos gêneros. Foram deixadas pelo caminho propostas que viram nessa nova moradia a ocasião para se repensar a distribuição do trabalho doméstico e das esferas pública e privada.

A industrialização comportou a mudança dos sistemas produtivos. Aquelas produções que tinham sido feitas até então de maneira pessoal ou grupal, em processos que não eram especificados funcionalmente, nos quais um mesmo grupo fazia de tudo, transformaram-se em trabalhos, atividades e papéis específicos que geraram a funcionalização especializada e a linha de montagem.

Essa funcionalização especializada atinge questões internas da moradia. Em prol do controle social e da higiene, certas atividades continuarão sendo permitidas dentro do lar e será exigido que outras sejam expulsas dele. Entre o fim do século XVIII e meados do XIX, de uma maneira paulatina e progressiva, nascer e morrer, a educação e o trabalho converteram-se em experiências plausíveis de controle público. No entanto, outras atividades domésticas, como a preparação de alimentos e o cuidado da roupa, mantiveram-se ferreamente dentro do espaço privado, embora pudessem ser realizadas de uma maneira industrial, como negócio, tal como ocorre com as lavanderias industrializadas para hotéis e hospitais ou com as panificadoras e conserveiras.

Sempre se falava que as novas tecnologias liberavam do trabalho e geravam mais tempo livre. Porém, da mesma forma que a Revolução Industrial demorou para entrar na moradia (e, de fato, ainda não entrou em muitas delas), a revolução das novas tecnologias também não deu lugar a uma reflexão profunda nem modificou a moradia substancialmente; continuam a existir tarefas e obrigações às quais se continua respondendo de uma maneira individual.² A industrialização das tarefas do lar progrediu lentamente em comparação com os processos manufaturados em geral. O gás se popularizou nas cidades desde 1860,³ mas, nos

² Amann Alcocer, Atxu. *El espacio doméstico: la mujer y la casa*. Buenos Aires, Nobuko, 2011.

³ Forty, Adrian. *The Electric Home*. Milton Keynes, Open University Press, 1975.

lares, seu uso principal foi na iluminação. O carvão continuou a ser a principal fonte de energia para se cozinhar durante todo o século XIX. A eletricidade não entrou na cena doméstica até 1880. “Essa lentidão no processo não foi resultado de uma falta de criatividade [...]. Impediu a introdução de novos eletrodomésticos e enfatizou o papel da esposa como guardiã dos valores da pureza e do lar. A invariável rotina do lar fez parte da imagem da Inglaterra, da velha Inglaterra, verde e prazerosa, confortável e civilizada”.⁴

Paralelamente ao processo de industrialização, estabeleceram-se as bases funcionais da família moderna, uma família nuclear que se estendeu como modelo desde as classes abastadas (aristocracia e burguesia) até a operária. Cada família nuclear mantinha a ordem dentro do reino da privacidade, intimidade e responsabilidade da mulher dentro da casa. No entanto, a industrialização abria as portas a uma revolução que implicava novas organizações das tarefas domésticas e, portanto, do papel da mulher, que resultou em duas maneiras de revisar e reinterpretar as tarefas atribuídas a ela.

A primeira proposta, mais conservadora, que não questionava o papel da mulher como responsável pelo lar, teve sua origem na resposta das mulheres de classe média diante do fato de os trabalhadores domésticos decidirem trabalhar em melhores condições laborais e econômicas nas fábricas. No caso dos Estados Unidos, onde tiveram sua origem muitas dessas reflexões, somou-se aos efeitos da atração da indústria o fim da escravidão. Tais circunstâncias fizeram com que essas mulheres lidassem solitariamente com casas de tamanho e formas inadequadas, exigindo tempo e mão de obra excessivos para sua manutenção. Perante a impossibilidade de fazer frente a essas tarefas, começou-se a refletir sobre como tornar o trabalho doméstico mais eficiente, a aplicar conceitos e sistemas da produção industrial à moradia: formas simples, usos flexíveis e linhas de montagem. Se esse trabalho era excessivo para as mulheres de classe média, era ainda mais para as mulheres da classe operária, que tinham uma jornada de trabalho dupla, em casa e fora dela, uma questão que a arquitetura racional não levou em conta à hora de pensar a moradia operária.

⁴ Pearson, Lynn F. *The Architectural and Social History of Cooperative Living*. Londres, Macmillan Press, 1993.

A segunda vertente da aplicação da industrialização à vida doméstica levou à reflexão sobre a coletivização dos recursos, que, em termos atuais, poderíamos denominar como externalização de certos serviços para um uso eficiente. De acordo com isso, a moradia não obedeceria a uma ideia de um reduto independente e autárquico, mas seria preciso propor outras formas de viver, possivelmente mais próximas das relações e da produção pré-industriais, sem uma fragmentação dual entre o público e o privado, entre o produtivo e o reprodutivo. Seria uma questão de adequar o sistema produtivo econômico pré-industrial à era industrial. Se, anteriormente, cada unidade familiar constituía uma unidade produtiva em que não existiam diferenças claras entre homens e mulheres, crianças e adultos, família de sangue e aprendizes, a sociedade moderna da Revolução Industrial separa o mundo do trabalho produtivo do reprodutivo, o público exterior do privado interior.

Dentro dessa vertente, surgiu o Familistério de Guise (1849-1968). Criado pelo industrial Jean Baptiste Godin, foi gerido cooperativamente, a partir de sua morte, em 1888, pelos próprios trabalhadores da fábrica durante oitenta anos. No Familistério, coletivizaram-se as tarefas da educação, do cuidado das pessoas e da alimentação, o que liberou homens e mulheres das tarefas reprodutivas para que pudessem dedicar suas horas de trabalho à produção industrial e a desfrutar de um tempo livre próprio, em condições de igualdade, para a cultura e o lazer. A reprodução da força de trabalho era entendido como uma obrigação social, e não da mulher.

EFEITOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA GESTÃO DOMÉSTICA

A reflexão da moradia como espaço de produção fez com que mulheres de classe média, especialmente nos Estados Unidos, estudassem a casa do ponto de vista da produtividade, aplicando conhecimentos e sistemas de medições procedentes da industrialização. Essa aplicação deu lugar ao que depois se denominaria economia doméstica: o estudo da casa, especialmente da cozinha, como um espaço de produção taylorista onde a linha de montagem é formada por uma única operária, que realiza de maneira eficiente, coordenada e pautada as diferentes fases dessa linha. Tem início um processo de conhecimento científico das tarefas do lar, especialmente daquelas que se referem à preparação de alimentos: medem-se alturas, distâncias e percursos de modo a torná-los mais eficientes e científicos (este

adjetivo final é de grande importância). Ao longo da história moderna, tentou-se equiparar a casa, especialmente a cozinha, a um laboratório, um espaço especial com o qual a mulher pode ficar satisfeita e se sentir orgulhosa. Trata-se de travestir uma obrigação do papel do gênero em algo desejado, equiparável ao trabalho de uma fábrica. No entanto, a condição não remunerada desta tarefa fez com que esta ficasse invisível e fosse subvalorizada, ao mesmo tempo em que o trabalho da mulher no âmbito produtivo eram considerados minoritários, alheios a seu papel.

Existe outra perspectiva sobre a aplicação da indústria em benefício das tarefas do lar – aquela que, a partir de 1860, nos Estados Unidos,⁵ levou algumas mulheres a pensar naquilo que se denominaria estratégias de bairros que compartilham essas tarefas. A partir dessa posição, produziram-se duas variantes: uma mais radical, que proporia externalizar completamente essas tarefas da moradia para que se convertessem em parte do trabalho produtivo, tarefas remuneradas que desenvolveriam tanto mulheres como homens, e outra mais aceita, por ser a que menos questionava o sistema patriarcal vigente, que procurava se organizar em cooperativas de ajuda mútua em que as tarefas continuavam sendo realizadas por mulheres, donas de casa ou esposas, e o trabalho comunitário permitia o acesso a uma tecnologia que não estava ao alcance de cada casa individualmente. De qualquer modo, ambas as propostas buscavam o uso eficiente de recursos, de tempo e de energia.

Apareceram, então, propostas como a da norte-americana Melusina Fay Pierce, em 1868: de um bairro formado por 28 casas sem cozinhas, que compartilhavam espaços comunitários, onde as tarefas domésticas eram centralizadas graças à melhor infraestrutura industrial. Esses espaços incluíam principalmente áreas de cozinha, costura, lavanderia e cuidados dos filhos, tudo feito em regime cooperativo. Apesar de nunca se ter efetuado uma proposta prática, seus textos tiveram uma ampla difusão e houve tentativas de pô-los em prática quando chegaram à Inglaterra.

Dentre outros defensores dessa opção comunitária para a moradia encontrava-se Ebenezer Howard, que apresentou a necessidade de incorporar a moradia em sistema cooperativo, com cozinha pública profissionali-

⁵ Hayden, Dolores. *Redesigning the American Dream: Gender, Housing and Family Life*. Nova York, Norton, 2002; e *The Great Domestic Revolution: A History of Feminism Designs for American Homes, Neighborhoods and Cities*. Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1982.

zada e compartilhada e refeitórios comunitários, nas cidades-jardim.⁶ A vontade de Howard era atender às particularidades de seus futuros habitantes propondo casas unifamiliares sem cozinha nos denominados *quadrangles* (organizações de pequenos apartamentos ao redor de um pátio, a modo de claustro), que compartilhariam, no mínimo, um espaço dedicado à cozinha e ao refeitório e um sistema cooperativo de manutenção.

Como Dolores Hayden escreveu: “O maior defensor da moradia cooperativa na Inglaterra, Ebenezer Howard, que admirava os reformadores norte-americanos como Edward Bellamy e Marie Howland [...], em 1889, ajudou o British Nationalist Club a preparar os planos para um experimento utópico em Essex. As notas tomadas para o projeto dessa colônia, publicadas em *Nationalization News*, em 1893, transformaram-se, cinco anos depois, no livro *Cidades-Jardim do Amanhã* [...]. Howard e seus sócios Raymond Unwin e Barry Parker desenvolveram a Cooperative Quadrangle, onde as tarefas domésticas eram compartilhadas por uma cooperativa de inquilinos, como a unidade básica residencial de uma cidade-jardim ideal”. Finalmente, em 1909, Howard conseguiu que se construísse, na cidade-jardim de Letchworth o Homesgarth: 32 apartamentos sem cozinha, em cooperativa, “que enfatizavam sua inovação como uma resposta pragmática à questão dos serventes e à questão da mulher, quando se dirigiam a clientes de classe média. Em 1913, Howard e sua mulher mudaram-se para esse conjunto”.⁷

Como explica Gwendolyn Wright, a partir de 1880, nos Estados Unidos, com a liderança de Ellen Shallow Richards, um grupo de mulheres de Boston iniciou uma campanha para uma abordagem mais científica e profissional do trabalho doméstico. Em 1893, por ocasião da Exposição Universal Colombiana de Chicago, fundou-se a National Household Economics Association, o que levou à criação de estudos de graduação sobre economia doméstica na

⁶ Ebenezer Howard (1850-1928) publicou em outubro de 1898 *To-morrow: a Peaceful Path to Real Reform*, reimpresso em 1902 com o título *Garden Cities of To-Morrow*. Londres, Routledge, 2003 (edição em espanhol: “Ciudades jardín del mañana”. In Aymonino, Carlo (org). *Orígenes y desarrollo de la ciudad moderna*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1978. Edição em português: *Cidades-Jardim do Amanhã*, São Paulo, Hucitec, 1996). “A população desta pequena cidade [...] de cerca de trinta mil habitantes com 5,5 mil casarões com tamanho médio de 6 x 40 m. Ao percebermos a arquitetura e os projetos muito variados desempenhados pelas casas e pelos grupos de casas – algumas com jardins e cozinhas comuns –, vemos que os pontos-chave são o cumprimento geral do alinhamento das ruas ou do desvio harmonioso dela”.

⁷ Hayden, Dolores. *The Grand Domestic Revolution*. *Op. cit.*

maior parte das universidades. As feministas queriam ajudar as mulheres a serem mais eficientes para, assim, poderem perseguir interesses fora do lar. No entanto, os conservadores propunham que a única maneira de se preservar a família e o lar privado era tratar as esposas como profissionais, transformando seu papel em administradoras do lar altamente qualificadas.⁸

A economia doméstica foi introduzida como uma disciplina científica para a formação de mulheres em seu futuro papel de dona de casa. A educação abriu as portas para outras perspectivas e outros objetivos para as mulheres. No final do século XIX e no começo do XX, coincidindo com esse incipiente movimento de libertação, a natalidade decresceu, fato que se atribuiu ao desvio do papel da mulher. Apareceram textos que denunciavam “um suicídio da raça”. Dentre eles, Theodor Roosevelt escreveu, em 1917, *The Foes of Our Own Household*⁹ e vários artigos para a revista *Ladies' Home Journal*, em que advertia para o perigo que significava a mulher abandonar sua missão tradicional de esposa e mãe em prol de desafios mais empolgantes externos ao lar. A educação avançada para as mulheres encontrava-se sob suspeita, uma vez que as mulheres educadas nas universidades estavam mais predispostas a não se casar ou, se o faziam, a ter somente um ou dois filhos. A casa moderna e, pior ainda, o apartamento, requeriam tão pouco tempo para serem cuidados que pareciam incentivar essas tendências. Para os grupos conservadores, tudo isso era um perigo, pois, ao ter mais tempo livre, as mulheres quereriam ter acesso a outros espaços de trabalho e outros espaços públicos.

Naquela época, criou-se um discurso científico sobre o lar e sua manutenção, por parte das mulheres, no qual se defendia a facilidade das tarefas domésticas, que estava unida a uma simplificação dos espaços e à desaparecimento do ornamental. Essas modificações do final do século XIX nos Estados Unidos já tinham sido apresentadas por Catharine Beecher e por Harriet Beecher Stowe no livro *The American Woman's House*.¹⁰ No começo do século XX, a cozinha adquiriu a relevância e a importância simbólica que o *parlor*

⁸ Wright, Gwendolyn. *Building the Dream. A Social History of Housing in America*. Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1983.

⁹ Roosevelt, Theodor. *The Foes of Our Own Household*. Nova York, George H. Doran Company, 1917.

¹⁰ Beecher, Catharine e Beecher Stowe, Harriet. *The American Woman's House* [1869], Piscataway, Rutgers University Press, 2002.

tivera até esse momento. Em uma descrição de uma cozinha ideal para leitoras de *The House Beautiful*, em 1902, Isabell McDougall evocava o que hoje é uma metáfora popular da organização da cozinha como laboratório impecável: "Tudo está limpo em seu templo, com a limpeza científica da cirurgia, que todos sabemos que vai além de qualquer limpeza doméstica"¹¹.

Essa ideia do elemento científico na casa se difundiu fortemente por meio de revistas femininas e inúmeras recomendações de todo tipo para as donas de casa, presentes em livros muito populares na passagem do século. As próprias empresas que fabricavam equipamentos de cozinha procuravam mulheres especialistas, tanto para ajudar nos projetos como para explicá-los a outras mulheres. Esse papel de especialistas na economia doméstica e nas tecnologias aplicadas ao lar foi fundamental na criação da moradia moderna e na difusão dos novos estilos de vida. Tal percurso, que começou nos Estados Unidos, no fim do século XIX, teve continuidade na Europa, sobretudo no período entreguerras, na política de moradia da Alemanha e, de modo especial, em Frankfurt. As arquitetas, designers e economistas desempenharam um papel fundamental nas pesquisas sobre como otimizar o lar. Desse modo, assessoravam os arquitetos e transmitiam a outras mulheres os conhecimentos para adequar-se ao novo lar moderno. Com a transferência do campo para a cidade, os lares eram muito diferentes dos de antigamente, ao mesmo tempo em que a nova família também não correspondia à família numerosa camponesa.

As experiências da moradia mínima operária da denominada Viena vermelha, na década de 1920, nunca consideraram a moradia como elemento autônomo, autossuficiente, nem como lugar onde a família desenvolveria toda sua atividade, mas sempre eram complementadas com instalações públicas, espaços comunitários e bem localizadas quanto ao transporte público. Na verdade, a família desenvolvia uma parte da vida no interior privado e outra em comunidade, nas lavanderias, na creche, nos espaços de armazenamento, nas hortas comunitárias etc. Sem esse complemento imprescindível, a moradia mínima não teria satisfeito o desenvolvimento completo da família e de seus integrantes.

Entre as experiências daqueles anos, também foram feitas moradias sem cozinha, tanto em Frankfurt como em Viena, que partiam da premissa de que, se nessas casas moravam homens e mulheres que trabalhavam

¹¹ Wright, Gwendolyn. *Op. cit.*

(ambos) em uma fábrica, alguém teria que preparar a comida para eles. Não era justo que, ao voltar do trabalho nas fábricas, as mulheres tivessem que desempenhar uma segunda jornada laboral dentro do lar. Essas eram as discussões do momento – temas que ainda hoje surpreendem, pois se supõe que o momento da refeição é o momento de reunião da família. A coletivização não eliminava este momento, mas evitava que houvesse alguém que desempenhasse uma dupla jornada laboral por causa da gestão do lar e preparação da comida; a coletivização reconhece as tarefas da família como trabalho.

Em 1922, a arquiteta Margarete Schütte-Lihotzky e o chefe do escritório de moradia de Viena, Adolf Loos, incorporaram um edifício aos programas de moradia pública de Heimhof, um prédio dedicado a famílias de trabalhadores, sem cozinhas individuais. Tal foi a importância simbólica dos espaços da cozinha como meio de controle e opressão que, com a chegada do nazismo a Viena, uma de suas primeiras providências foi instalar cozinhas individuais nessas moradias mínimas coletivas.¹²

PROPOSTAS DE MORADIAS CONTEMPORÂNEAS QUE COMPARTILHAM AS RESPONSABILIDADES REPRODUTIVAS

Em 1935, o arquiteto Sven Markelius, que fazia parte do grupo social-democrata e compartilhava o interesse por uma arquitetura e ordem social novas, construiu um edifício comunitário de moradias em Estocolmo, em colaboração com Alva Myrdal,¹³ uma ativista do direito da mulher a poder trabalhar fora do lar e, portanto, a solucionar a vida cotidiana de uma maneira compartilhada. Em 1931, Alva Myrdal apresentou suas ideias no Clube de Mulheres Profissionais, que eram afins ao manifesto *Acceptera*, do mesmo ano. Esse manifesto – assinado por Erik Gunnar Asplund, Wolter Gahn, Sven Markelius, Gregor Paulsson, Eskil Sundahl e Uno Århén – propunha uma utopia do presente baseada na aceitação da realidade para, então, transformá-la. Markelius entendia que, para que a mulher pudesse traba-

¹² Veja: Muxí, Zaida. “Mujeres y arquitectura: teoría y práctica de la vivienda”. *Arquitectura COAM*, nº 340, Madri, 2005.

¹³ Alva Myrdal (1902-1986) presidiu a seção social da Unesco em 1950 e em 1982. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz junto com Alfonso García Robles.

lhar em igualdade de condições, deveria haver moradias que facilitassem sua manutenção e o cuidado dos filhos. Por isso, desenvolveu um interesse especial pela moradia com serviços coletivos. Em 1932, Markelius e Myrdal já tinham desenvolvido um projeto de moradia comunitária que foi rejeitado pelas pessoas do bairro onde ia ser construída. Continuaram a trabalhar nas noções de moradia coletiva e, especialmente, na ideia de que a moradia devia incorporar instalações para o cuidado das crianças e possuir cozinhas comunitárias. Por fim, construíram 57 apartamentos de diferentes tamanhos no distrito de Kungsholmen. Distribuídos em seis andares, os apartamentos compartilhavam um pátio central e cada um deles possuía uma cozinha mínima. A isto se acrescentavam salas comunitárias por todo o piso térreo, que incluíam um espaço para as crianças, uma lavanderia, um restaurante e uma cozinha comunal. Com pessoal remunerado, cada apartamento estava conectado à cozinha comunitária por meio de um montacargas, a fim de que se repartisse a comida que era preparada. Não menos importante foi ter situado o prédio em um casarão urbano, em uma operação de preenchimento do tecido e não de expansão urbana, o que possibilitou a proximidade de serviços e de instalações públicas, complementos imprescindíveis da habitação. No início, Markelius morou com sua família no edifício comunitário, e esse projeto se converteu rapidamente em paradigma das moradias projetadas para as necessidades das mulheres, adquirindo renome e reconhecimento internacional ao ser publicado na revista *Life* no mesmo ano de sua inauguração. A revista recomendava às mulheres que realmente queriam ter acesso ao trabalho que procurassem moradias como aquelas.

Nesse contexto de ensaios de novos estilos de vida comunitária do final do século XIX e do começo do XX, encontram-se as experiências iniciais na União Soviética, com os projetos de El Lissitzky, de Kostantin Melnikov, dos irmãos Vesnin e de Moisei Ginzburg: novas instalações e casas comunitárias, onde se dava prioridade urgente à emancipação das mulheres proletárias mediante a instalação de cozinhas comunais, creches, banheiros públicos e cooperativas de todo tipo.

Podemos situar todos esses projetos dentro da genealogia de moradias comunitárias contemporâneas, como os grupos vienenses Margarete Schütte-Lihotzky Hof e Sargfabrik.